

Prefácio

Rosa Fátima de Souza Chaloba

Como citar: CHALOBA, R. F. S. Prefácio. *In*: SANTOS, K. L. L. **Expansão da educação secundária em Pernambuco: atores políticos e a interiorização dos ginásios públicos (1948-1963)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 15-20
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-208-6.p15-20>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Prefácio

A investigação histórica sobre a expansão do ensino secundário é, sem dúvida, uma temática de enorme atualidade, uma vez que o ensino médio, originado das transformações institucionais do secundário, continua sendo um dos maiores problemas educacionais do país.

É justamente dessa atualidade que se nutre este livro de Kalline Laira Lima dos Santos, cujos méritos aliam trabalho minucioso de levantamento e reunião de fontes, rigor analítico e interpretação instigante.

Revisitar velhos temas é sempre um desafio, pois exige o alargamento do questionário e a adoção de uma perspectiva inovadora. Obviamente, o tema da expansão do ensino exige a análise do crescimento do número de matrículas e escolas, da atuação estatal e dos particulares e, ainda, o refinamento sobre o atendimento por regiões, sexo, raça, entre outras categorias. Mas essas características gerais relevantes, algumas encontradas nas escassas estatísticas sobre a educação brasileira no século XX, têm se mostrado insuficientes para se compreender a dinâmica política e social implicada na expansão das oportunidades educacionais. É nessa direção, que se pauta este livro, cuja tônica é apreender como ocorreu a ampliação do número de ginásios públicos no estado de Pernambuco no período da redemocratização do país (1948-1963) a partir do processo de interiorização regional das escolas. Qual foi a atuação dos atores políticos? Quais foram as políticas de interiorização do ensino e de financiamento? Para responder essas questões, a autora mergulhou na histórica política

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-208-6.p15-20>

pernambucana e mobilizou nos mais diversos arquivos indícios preciosos reunidos em fontes diversas.

Mas, se é fato que houve um importante crescimento do secundário nesse período, isso longe esteve da democratização.

Etapa intermediária entre o ensino primário e o superior, a partir da década de 1930, o secundário de cariz humanista e de cultura geral foi normatizado em dois ciclos. Pela Reforma Francisco Campos, realizada em 1931, o ciclo fundamental (5 anos) e o complementar (2 anos); e, pela Reforma Capanema (1942) em ciclo ginasial de 4 anos de duração e o ciclo colegial de 3 anos.

Em 1933, havia 66.000 alunos no ensino secundário no Brasil. Cerca de duas décadas depois, em 1952, esse número elevou-se para 466.000 alunos e, em 1961, atingiu a cifra de 991.000 estudantes (SILVA, 1969, p. 312). Todavia, o aumento significativo de matrículas verificados nessas décadas ocorreu mantendo desigualdades regionais e diferenciações internas da rede escolar. De acordo com Schwartzman et al (2000), em 1939, havia 629 estabelecimentos de ensino secundário no Brasil, sendo 530 particulares e 99 públicos. Quase um terço das escolas estava no estado de São Paulo (196) que detinha também, a metade das escolas públicas do país, isto é, 43 estabelecimentos. Nessa linha de argumentação, vale destacar mais alguns dados.

Em 1945, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publicou um levantamento realizado pela Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação, responsável pela administração desse ramo de ensino no país. Havia em todo o território nacional 538 ginásios e 289 colégios, totalizando 827 estabelecimentos. A maior rede de escolas secundária encontrava-se nos estados de São Paulo (230), Minas Gerais (137), Distrito Federal (92) e Rio Grande do Sul (75). O estado de

Pernambuco contava com 37 escolas secundárias, sendo 20 ginásios e 17 colégios, a maioria mantidos pela iniciativa particular (O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL..., 1945, p. 282).

Jayme Abreu, técnico da Divisão Nacional de Educação, em um minucioso estudo apresentado no Seminário Interamericano de Educação Secundária, realizado em Santiago do Chile em janeiro de 1955 assinalou como essa multiplicação acelerada da população discente transcorria em meio ao anacronismo e ao tradicionalismo conservador das instituições de ensino secundário e em meio à enorme estratificação dos estudantes. Nas palavras do autor:

A escola secundária brasileira apresenta, em 1954, uma matrícula geral de 535.775 alunos, espalhados por 1.771 estabelecimentos de ensino, à base de dados do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura, que passamos a citar. Tomando por base o recenseamento de 1950, pode-se estimar a população brasileira de 12 a 18 anos, em 1954, em torno de 9 milhões e 100 mil habitantes. Assim, dessa população teoricamente em idade de frequentar a escola secundária, cerca de 6% nela estaria matriculada (ABREU, 1955, p. 43)

Ainda de acordo com Jayme Abreu (1955), o maior número de matrículas concentrava-se no ciclo ginásial (85,7% dos matriculados). Nas escolas públicas em número de 435, encontravam-se matriculados 26,8% do alunado secundarista (143.465 alunos) enquanto o maior número de estudantes estava na rede particular que compreendia 1.336 escolas (73,2% dos estudantes, compreendendo 392.310 matriculados). A maior parte dessas escolas estavam situadas nas capitais e núcleos urbanos maiores dos respectivos estados e somente 20% dos alunos concluíam o segundo ciclo (curso colegial).

Apesar da expansão ocorrida no período, um pequeno número de adolescentes e jovens brasileiros, em sua maioria do sexo masculino, tinham acesso ao secundário em meados do século XX, o que tem levado os historiadores da educação a reafirmarem o caráter elitista desse ramo de ensino antevisto nessa minoria de estudantes, geralmente pertencentes a grupos sociais de maior poder aquisitivo, matriculados, em boa parte, em instituições privadas e nos poucos colégios públicos.

A explicação para essa diferenciação regional requer o ajuste da lente de análise para as políticas educacionais empreendidas pelos governos dos estados brasileiros. Foi exatamente esse o redirecionamento adotado neste livro, que conduz o leitor para os meandros dos tortuosos caminhos da difusão do secundário no estado de Pernambuco. Não por acaso, como mostra a autora, a luta pelos ginásios nessa unidade da federação iniciou pelos estudantes e com a criação da Campanha do Ginásio Pobre. A imprensa, também, teve um papel relevante, publicizando as demandas populares e engrossando as reivindicações para uma ação mais efetiva do poder público estadual. As disputas políticas foram intensas, especialmente, para a interiorização dos ginásios públicos. A atuação do Estado se fez presente, mas cautelosa, por meio de convênios, subvenções e auxílios. Na ausência de políticas públicas, avançou a iniciativa particular, especialmente o trabalho das congregações religiosas; porém, surpreendentemente, destaca-se a diligência do poder público municipal criando e mantendo ginásios para os municípios como estratégia política de forçar a estadualização. Nesse sentido, o estudo evidencia como a iniciativa municipal sobrepujou a estadual, pois, em 1964, havia 234 unidades de ensino secundário de ciclo ginásial em Pernambuco (187 particulares, 31 municipais, 15 estaduais e 1 federal). Por todas as razões já assinaladas, o livro de Kalline Laira é uma importante contribuição para a historiografia da educação secundária brasileira e pernambucana.

Tive a satisfação de orientar a dissertação de mestrado que deu origem a este livro. Não posso, portanto, deixar de mencionar as qualidades dessa jovem pesquisadora que soube tão bem conciliar sua sólida formação em História com as perspectivas de produção do conhecimento histórico em educação. Qualidades evidenciadas no apreço pelo arquivo, na dedicação aos estudos e na determinação em superar obstáculos e limites.

Expansão da educação secundária em Pernambuco: atores políticos e a interiorização dos ginásios públicos (1948-1963), de Kaline Lima dos Santos convida-nos a conhecer a história do ensino secundário e a refletir sobre o difícil acesso dos adolescentes e jovens de camadas populares à escolarização de nível médio neste país. Além disso, o livro nos sensibiliza para a temática das desigualdades educacionais levando-nos a ponderar criticamente sobre a conquista histórica do direito à educação e, nesse momento sombrio da vida nacional, nos conclama para a importância da defesa intransigente da democracia e da educação pública.

Rosa Fátima de Souza Chaloba

Campinas, julho de 2021. Inverno marcado por ameaças à democracia, obscurantismo político e pela tragédia humanitária de mais de 549 mil mortos pela Covid-19, que assola o país.

Referências

ABREU, J. A educação secundária no Brasil (ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 26-104, abr./jun., 1955.

O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL em 1945. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 283-308, nov. 1945.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B ; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 2000.

SILVA, G. B. *A Educação Secundária* (perspectiva histórica e teoria). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Atualidades Pedagógicas, v. 94).